

- 4 JAN 1987

Jornal de Brasília

Prerrogativas comprometem a Constituinte

O interesse despertado pela Constituinte está obscurecendo a grande importância que o futuro Congresso terá, mesmo após a elaboração da nova Carta, para a consolidação democrática do País. Um dos papéis fundamentais dos legisladores será, precisamente, o de regulamentar, através de leis complementares, alguns dos mais importantes dispositivos da nova Carta, entre os quais os referentes a retomada da participação dos parlamentares na elaboração do orçamento.

Esse papel do Parlamento, que está sendo colocado à margem das análises políticas, foi destacado por alguns dos parlamentares que estiveram em Brasília nos últimos dias, a exemplo do senador Humberto Lucena (PMDB—PB), candidato à presidência do Senado e dos deputados Paes de Andrade (PMDB—CE), Lúcio Alcântara (PFL—Ce), Homero Santos (PFL—Mg) e Brandão Monteiro (PDT—Rj).

Na avaliação desses parlamentares, há um enfoque comum, apresentado com grande ênfase: a necessidade de restabelecimento das prerrogativas do Congresso, como preliminar da própria eficácia e credibilidade da instituição daqui por diante e ainda como fator de estabilidade do processo político.

"Sem a reconquista das prerrogativas, as decisões mais importantes da Constituinte ficariam comprometidas na sua eficácia. Afinal, só um Parlamento forte pode influir decisivamente nas soluções econômicas e sociais reclamadas pelo país" — observa o senador Humberto Lucena.

Em termos semelhantes, manifestou-se o deputado Paes de Andrade. Ele acha que o Congresso "deve voltar ao centro das decisões nacionais, sem o que as mudanças pretendidas pela sociedade não serão alcançadas tão cedo".

O peefelista Lúcio Alcântara afirma que, "de pouco adiantará a Constituinte apresentar uma Carta avançada, moderna se não criar instrumentos capazes de assegurar o cumprimento das normas constitucionais". Um desses instrumentos, a seu ver, é o fortalecimento do Congresso e do Judiciário. Ao Judiciário — acrescenta — cabe a tarefa fundamental do zelo pelo cumprimento das leis e ao Parlamento as funções e institucionais da fiscalização do Executivo e da formulação ou regulamentação de leis de interesse do povo.

Entre as leis mais importantes que devem ser substituídas ou regulamentadas pelo futuro Congresso,

Lúcio Alcântara citou as que configuram o chamado "entulho autoritário" — como as de Segurança Nacional, de greve e de Imprensa — e a Lei do Solo Urbano, que se encontra no Legislativo desde o final do governo Figueiredo. O representante do PFL também defende uma nova regulamentação para a questão agrária e uma reforma tributária que assegure maior equilíbrio no desenvolvimento dos Estados e municípios brasileiros.

O deputado mineiro Homero Santos mostra-se particularmente preocupado com o problema da reforma agrária. Na sua opinião, o Congresso deve cumprir um papel central no acompanhamento dessa reforma, que ele considera vital para a própria estabilidade política e social do país.

Ao reconquistar suas prerrogativas — observa ainda Homero Santos — o Legislativo não deve permitir que o Executivo continue com o monopólio da legislação financeira e econômica. "É preciso ao menos limitar a edição de decretos-leis pelo governo e por fim à situação atual, em que o Conselho Monetário Nacional, através das suas portadoras, tem maior poder do que o Congresso".

ANC

X